

## DOSSIÊ TEMÁTICO

### Política Educacional: Análises e Perspectivas

#### **Relações estado/municípios e colaboração nas políticas de alfabetização e formação de alfabetizadores no Ceará**

State/municipalities relations and cooperation in the policies for literacy programs and literacy teachers training in the state of Ceará

Relaciones estado/municipios y colaboración en las políticas de alfabetización y formación de alfabetizadores en el estado de Ceará

*Clotenir Damasceno Rabelo*

Secretaria Municipal da Educação do  
Município de Icapuí, Ceará - Brasil

*Alda Maria Duarte Araújo Castro*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

#### **Resumo**

O texto é sobre as relações entre Estado e Municípios no Ceará e integra investigação concluída que analisou o papel exercido pelo Município nas políticas de formação continuada de alfabetizadores, tomando como campo de estudo dois Municípios no espaço político-educacional dos anos de 2003 a 2006. Discute as linhas de ação assumidas pelo governo cearense no período e as intenções para a educação estadual, com foco nos desafios específicos de alfabetização e de formação de alfabetizadores, acentuando a tarefa relacionada à efetivação do regime de colaboração e as iniciativas de cooperação entre os entes federados

neste espaço subnacional. O exame é oriundo de análise documental que utiliza como fontes principais os documentos governamentais: Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social – Plano de Governo 2003-2006, o Plano de Educação Básica: Escola melhor, Vida melhor, o Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar e o Escola Melhor, Vida Melhor - Relatório de Gestão 2003-2006. Inserem-se como aportes à análise as Mensagens Governamentais à Assembleia Legislativa Cearense e produções da gestão da educação à época, vistas como instrumentos das manifestações governamentais do período. O perfil da ação governamental e o planejamento educacional expressam-se nos documentos em movimentos contraditórios, onde as relações intergovernamentais e a colaboração são eivadas pelo embate entre as intenções declaradas e os percursos vivenciados, ensejando parcos sinais colaborativos e rancos centralizadores.

**Palavras-chaves:** Relações Estado/Municípios. Regime de colaboração. Políticas de formação de alfabetizadores.

### **Abstract**

The text is about the relations between state and municipalities in the state of Ceará and is part of a completed investigation which analyzed the role played by the municipalities in the policies for ongoing training of literacy teachers, taking two municipalities as a study field in the political-educational space from the year 2003 to 2006. It discusses the lines of action set out by the state of Ceará in that period and the intentions for the state education system, with emphasis on the specific challenges of literacy programs and training of literacy teachers, stressing the task related to the enforcement of a framework of collaboration and the cooperation initiatives among the federated entities in this subnational space. The investigation originated from the documental analysis that uses as main sources the government documents: Ceará Citizenship: growth with social inclusion – Government Plan 2003-2006; Basic Education Plan: Better school, Better life; the Final Report by the Ceará Committee for Eradication of School Illiteracy; and Better School, Better life – Management Report 2003-2006. The text also includes, as a contribution to the analysis, the Governmental Messages to the Legislative Assembly of Ceará and productions by the education management system at the time, seen as tools of governmental expression of that period. The governmental action profile and the educational planning are presented in the documents in contradictory movements, in which the intergovernmental relations and the cooperation are riddled with conflicts between declared intentions and actual experiences, showing scarce signs of collaboration and centralizing rancors.

**Keywords:** State/Municipalities relations. Collaboration framework. Literacy teachers training policies.

### **Resumen**

El texto es sobre las relaciones entre estado y municipios en el estado de Ceará e integra investigación concluida que analizó el papel ejercido por el municipio en las políticas de formación continuada de alfabetizadores, tomando como campo de estudio dos municipios en el espacio político-educacional de los años de 2003 hasta 2006. Discute las líneas de acción asumidas por el gobierno de Ceará en el periodo y las intenciones para la educación estadual con un enfoque en los desafíos específicos de alfabetización y formación de alfabetizadores, enfatizando la tarea relacionada a la efectivización del régimen de colaboración y las iniciativas de cooperación entre los entes federados en ese espacio subnacional. El examen es oriundo de análisis documental que utiliza como fuentes principales los documentos gubernamentales: Ceará Cidadanía: crescimento com inclusão social – Plan de Gobierno 2003-2006; el Plan de Educación Básica: Escuela mejor, Vida mejor; el Informe Final del Comité del Estado de Ceará para la Eliminación del Analfabetismo Escolar; y Escuela Mejor, Vida Mejor – Informe de Gestión 2003-2006. Son inseridos como contribuciones al análisis los Mensajes Gubernamentales a la Asamblea Legislativa del Estado de Ceará y producciones de la gestión de la educación en esa época, vistas como instrumentos de las manifestaciones gubernamentales del periodo. El perfil de la acción gubernamental y la planificación educativa son expresados en los documentos en movimientos contradictorios, en los cuales las relaciones intergubernamentales y la colaboración son repletas de embate entre las intenciones declaradas y los recorridos vivenciados, mostrando escasas señales colaborativas y rencores centralizadores.

**Palabras clave:** Relaciones Estado/Municipios. Régimen de colaboración. Políticas de formación de alfabetizadores.

### **Introdução**

Falar de políticas de alfabetização e de formação continuada de alfabetizadores no estado do Ceará, considerando as relações entre Estado e Municípios, as práticas de descentralização, de atuação autônoma, e os exercícios colaborativos entre essas instâncias federativas é uma

tarefa que merece considerar os caminhos que essa prática assume nesse contexto histórico. Este estudo se propõe a colocar algumas bases contextuais para se compreender como se firmam as relações federativas e o papel municipal nas políticas de alfabetização em âmbito local, nas práticas de formação dos professores alfabetizadores, e as formas de colaboração entre Estado e municípios cearenses nesse campo de atuação.

Sob essa consideração se sugere que as formas de fazer política, a dinâmica das relações intergovernamentais e o significado da indução federal e estadual por meio de políticas implementadas no projeto político do Ceará revelam especificidades próprias nas Políticas Educacionais no estado, ensejando formatos peculiares. Na realidade cearense isso aconteceu, sobretudo, a partir dos últimos anos da década de 1990, no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e no segundo e terceiro Governo de Tasso Jereissati (1995-2002), estabelecendo bases para o governo estadual de 2003 a 2006, sobre o qual se debruça o estudo em se insere as discussões deste artigo.

Este trabalho, em particular, é oriundo de análise documental e apresenta conclusões oriundas do exame dos documentos do governo cearense que tratam da política e gestão da educação no Ceará de 2003 a 2006 como: o documento Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social – Plano de Governo 2003-2006 (CEARÁ, 2003b), o Plano de Educação Básica: Escola melhor, Vida melhor (CEARÁ, 2004a), o Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar – Educação de Qualidade: começando pelo começo (CEARÁ, 2006c) e o documento Escola Melhor, Vida Melhor - Relatório de Gestão 2003-2006 (CEARÁ, 2006a), com o aporte das Mensagens Governamentais à Assembleia Legislativa Cearense dos anos de 2003 a 2006 (CEARÁ, 2003, 2004b; 2005a, 2006b). A análise procura revelar como aparece nestes objetos governamentais as relações entre Estado e Municípios Cearenses nas políticas de alfabetização, de formação docente nessa área e as relações de colaboração.

No texto, a primeira seção procura trazer um olhar breve sobre as características que assume o Governo Estadual cearense a partir de 2003, aferindo nos dispositivos documentais as linhas assumidas de modo geral e pela gestão da educação. Na segunda seção, destaca-se como peça fundamental o Plano de Educação Básica 2003-2006, expressando as intenções do governo cearense para a educação no período, com foco nos desafios educacionais específicos de alfabetização e formação de alfabetizadores. A terceira acentua o desafio relacionado ao regime de colaboração cearense e as iniciativas de cooperação entre os entes no Ceará.

Pelos limites estabelecidos para apresentação das conclusões neste ensaio, faz-se necessário antecipar que as análises realizadas apresentam-se mais completas no conjunto da pesquisa, figurando este texto como um esforço de socialização dos elementos centrais que ela apresenta em seu todo.

### **Governo cearense de 2003 a 2006 e Plano de Educação estadual: (des) continuidades, políticas de educação e esforço colaborativo**

É com base nas trajetórias realizadas pelos governos anteriores (Tasso Jereissati/PSDB – 1995/1998; 1999-2002) que o Governo do Ceará no período de 2003 a 2006 desenha sua ação nas políticas sociais e nas políticas de educação. O Governo do estado cearense iniciado em 2003 aporta-se aos Planos de Governo em desenvolvimento desde 1995, referindo-se ao seu Plano específico como um instrumento consubstanciado nos fundamentos estratégicos que nortearam a elaboração do planejamento estadual anterior, dando prosseguimento à implementação dos programas estruturantes e dos programas e projetos complementares para esse fim. Nas palavras de apresentação do documento “Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social – Plano de Governo 2003-2006” (CEARÁ, 2003b), o então Governador do estado, Lúcio Alcântara, afirma:

O **Ceará Cidadania**, que é o título desse Plano, tem um significado especial, pois implica abrir perspectivas ainda mais promissoras para um Ceará que foi conduzido, pela liderança dos que nos antecederam, à condição de Estado brasileiro que muito avançou nos últimos dez anos na conquista de melhores condições de vida para seu povo. Não obstante, esse avanço apenas serve de incentivo para que se continue cada vez mais perseguindo metas sociais desejáveis já que o estado ainda tem muito a conquistar. (CEARÁ, 2003b, p. 11).

Os componentes do novo Plano de Governo vão surgindo mais nítidos e detalhados nas Mensagens Governamentais dos anos de 2004 a 2006, onde elementos de planejamento e de avaliação anual vão se associando a eixos de trabalho listados no documento matriz. Isso é confirmado por Bezerra (2010), quando demonstra que somente a Mensagem de 2004 (CEARÁ, 2004b) aparece como a primeira a sair genuinamente das mãos de Lúcio Alcântara. Nela, o governador demonstra consciência do legado de seu antecessor, e faz profissão de fé no Estado indutor herdado.

Os chamados Eixos de Articulação do Plano estão denominados como: Eixo Ceará Empreendedor, voltado para o crescimento da economia estadual; Eixo Ceará Vida Melhor, que se apresenta como destinado à melhoria das condições de vida da população cearense, entre estas aquelas referentes à educação; Eixo Ceará Integração, com foco no desenvolvimento regional e local; e Eixo Ceará Estado a Serviço do Cidadão, como uma preocupação com os serviços oferecidos nos diversos eixos na direção do desenvolvimento social e econômico do estado (CEARÁ, 2004b).

O eixo “Ceará Vida Melhor”, entendido no plano de governo como “uma proposta de melhoria de indicadores sociais que preconiza a melhoria da qualidade de vida da população” (CEARÁ, 2004b, p. 97), visa elevar os padrões de serviços sociais básicos, integrando ações relacionadas à educação, saúde, qualificação profissional, segurança, justiça, cultura e esportes, e outras políticas sociais. No eixo acentua-se

o reconhecimento da educação para o pleno desenvolvimento do ser humano, no qual o investimento do Estado num ensino de qualidade emerge como primordial, em especial na educação permanente e aprendizado contínuo, garantindo por esse meio, o domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita. Outro aspecto importante é que para a consecução desse foco, o documento traz explícito o modelo operacional:

As políticas serão concebidas e implementadas de forma planejada, integrada, descentralizada e participativa nas três esferas governamentais, iniciativas privadas, entidades representativas da comunidade e organizações não-governamentais, *buscando sempre a ação em parceria e a promoção da auto-gestão municipal*. (CEARÁ, 2003b, p. 101). (Grifos nossos).

Segundo Bezerra (2010), isso se explica porque o Plano de Governo do Ceará assenta-se no arcabouço gestor e no marco legal adequados à passagem definitiva da gestão dos serviços públicos para a esfera pública não estatal, mantendo a forte tendência descentralizadora das administrações anteriores (1995-2002), sob o argumento de que os resultados acontecem nos municípios e nas comunidades, onde o raio de ação do Estado é limitado. Essa herança se explica porque, segundo Ramos, Lira e Soares (2012), a centralidade da política dos governos que antecederam a gestão 2003-2006 é o fortalecimento da capacidade gerencial dos níveis central, regional, municipal e escolar para oferecerem, com eficiência, os serviços.

No campo da educação, destaca-se como peça fundamental relacionada ao eixo Ceará Vida Melhor a implementação do Plano de Educação Básica 2003-2006, “Plano de Educação Básica - Escola Melhor, Vida Melhor” (CEARÁ, 2004a), expressando as intenções do governo para o período na educação. O texto do Plano Estadual da Educação confirma essa relação ao citar que o documento toma como referência o Plano de Governo “Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social – Plano de Governo 2003-2006”, definidor das diretrizes governamentais

para a gestão do estado (CEARÁ, 2004a). No desenho do Plano de Governo de 2003 a 2006, a elaboração e implementação do Plano de Educação Estadual é um objetivo meio para o alcance da elevação da qualidade de ensino e do perfil educacional da população (CEARÁ, 2003b) e se apresenta como condição precípua para a solidificação das ações nesse campo.

Importa acentuar que o Plano Estadual de Educação é fruto de um longo processo em curso desde 2001 e que culmina com a elaboração dessa proposta para o decênio seguinte. Conforme documentos estaduais (CEARÁ, 2003a, 2004a) as proposições do plano estão relacionadas ao movimento que deu origem ao “Congresso Estadual Escola do Novo Milênio”, de Março de 2002. Como citado na Mensagem Governamental (CEARÁ, 2003a, p. 63),

O Congresso Estadual “A Escola do Novo Milênio” caracterizou-se como ponto de chegada da caminhada vivenciada pelos educadores cearenses na última década e como ponto de partida para o Plano Decenal da Educação Básica. [...] O Congresso Estadual, realizado em 2002, foi um momento de convergência deste conjunto de reflexões/ações/compromissos que deverão gerar o Plano Estadual de Educação Básica para a próxima década.

Na verdade, a Política Educacional assim reconhecida como “Escola do Novo Milênio”<sup>1</sup>, é baseada na ampla mobilização da sociedade para a discussão da escola que se tem e a escola que se quer. O nome faz alusão às mudanças educacionais pretendidas para o início do novo século (CEARÁ, 2001). As discussões e sugestões desse movimento serviram como instrumentos para a formatação das políticas educacionais na gestão a partir de 2003.

<sup>1</sup> O Projeto “Escola do Novo Milênio”, foi financiado pelo Acordo de Empréstimo N° 4591- BR, firmado entre o Governo do Ceará e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – (Banco Mundial), em 06 de agosto de 2001, no valor inicial de US\$ 150 milhões, onde US\$ 90 milhões correspondiam ao financiamento do BIRD e US\$ 60 milhões à contrapartida do Estado do Ceará.



De fato, tomando as práticas já solidificadas, o novo governo incorpora as diretrizes anteriores para dar a própria feição e se especializa, estabelecendo ações focalizadas, revertendo-se no Governo 2003-2006 em objetivos que primem pela elevação da qualidade da educação, a melhoria da oferta dos serviços educacionais, sobretudo a inclusão social. Não se pode, por essa razão, garantir que os governos mantenham como linha somente a continuidade das políticas. Na verdade, conforme Bezerra (2010), o modelo de gestão assumido pela gestão de Lúcio Alcântara, a Gestão Pública por Resultados (GPR), caminha no aprofundamento dos processos de descentralização, mas mostra-se nos documentos instituindo seu instrumento administrativo, como fora para os governos anteriores o discurso do desenvolvimento sustentável.

É perceptível nos documentos as diversas ações feitas de modo participativo e compartilhado com escolas e municípios, em espaços de discussão e de deliberação coletiva, no sentido de criar subsídios e proposições desde as bases dos sistemas de ensino estadual e municipal para a formatação de um Plano de Educação, contribuindo para a sustentabilidade de Políticas da Educação Básica no estado do Ceará, como expresso no documento governamental (CEARÁ, 2003a). Por esses elementos, é necessário reconhecer a tentativa de um processo amplo de formulação dessa política que se manifesta no Plano.

Com essas evidências, pode-se perceber a configuração das relações intergovernamentais revelada em alguns documentos e planos do governo (2003-2006). Ela sinaliza a intenção de um desenho participativo e colaborativo entre as esferas governamentais e a sociedade, sobretudo entre os municípios e o Governo do Estado. Não sinalizam, no entanto, os mecanismos práticos que conduziriam esse modo de relação, em especial, como se posiciona o município nesse formato. É preciso reconhecer, apesar disso, dois processos importantes: primeiro, o que evidencia, neste contexto, a busca de estabelecer políticas de governo, priorizando as estratégias de continuidade das ações entre governos; segundo, o movimento que demonstra os esforços da gestão estadual em

estabelecer espaços de participação e de articulações com a comunidade escolar e com a sociedade civil, sobretudo com as demais unidades subnacionais, que são os municípios. Esses espaços, no entanto, não nascem do uso da participação como instrumento democrático, mas, como observa Bezerra (2010), são frutos da política participacionista e de tendência descentralizadora das administrações anteriores no Ceará, que redesenharam a administração na forma do deslocamento da responsabilização estatal para os entes descentralizados participativos, que institucionalizam a participação como condição para a transferência dos serviços públicos para a sociedade civil.

De modo geral, tanto nas diretivas do Plano de Governo estadual, bem como no Plano de Educação, estão presentes referências ao Ente municipal e à sua organização e colaboração na produção e na implementação das políticas formuladas pelo Estado, sobretudo como estratégia requerida no âmbito da política e da gestão da educação. Nas palavras de Bezerra (2010, p. 347), “[...] a obra gerencial dos anos do mudancismo se identifica fortemente com a obra municipalizadora”. As tentativas de municipalização vistas no Ceará, desse modo, não se explicam somente pela assunção municipal do Ensino Fundamental, mas amplia-se para uma estratégia gerencial de repercussões mais fortes. A manifestação dessas intenções pode ser vistas também em alguns aspectos do Plano de Educação como a seguir.

### **O projeto de educação cearense de 2003 a 2006: os desafios da alfabetização e da formação de alfabetizadores em colaboração com os Municípios**

No decorrer de 2003, segundo o documento do “Plano de Educação Básica Escola Melhor, Vida Melhor” (CEARÁ, 2004a) desenhou-se mais nitidamente esse perfil assumido no governo Lúcio Alcântara. Conforme descrito na Mensagem Governamental de 2004, no âmbito da Política Educacional Cearense, em 2003, a mobilização, discussão e elaboração do Plano de Educação Básica (2003-2006)

realizadas nesse tempo merecem destaque, por terem exigido esforço da Secretaria Estadual e por terem forte impacto sobre a Política Educacional do Estado (CEARÁ, 2004a). É nesse sentido que, como afirmado pela então Secretária da Educação do Estado do Ceará, professora doutora Sofia Lerche Vieira, tinha-se a expectativa de que o Plano viesse a desempenhar o papel de bússola que norteasse o trabalho cotidiano nas diversificadas esferas da Administração Pública estadual e municipal, incluindo-se as escolas. O plano, nesse formato, seria um instrumento cuja abrangência propunha estender as ações à gestão municipal, às escolas e à sociedade civil.

De acordo com o Plano de Educação Básica do Ceará (CEARÁ, 2004a, p. 17) a partir dos processos coletivos de discussão feitos na elaboração do Plano é que se delinearam dez desafios para o desenvolvimento da educação cearense nesse contexto:

- 1) Universalização progressiva do Ensino Médio nas localidades urbanas e rurais;
- 2) Apoio ao desenvolvimento da educação infantil e implementação das políticas de inclusão para jovens e adultos, portadores de necessidades especiais e comunidade indígenas;
- 3) Redução do analfabetismo de jovens e adultos;
- 4) Garantia da qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno;
- 5) *Garantia do domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita;*
- 6) Ampliação progressiva da jornada escolar;
- 7) *Aprimoramento do processo de formação e valorização dos servidores da educação;*
- 8) Modernização do processo de gestão e controle social do sistema de ensino;
- 9) Aperfeiçoamento do processo de avaliação institucional e de análise dos resultados educacionais;
- 10) *Regulamentação e efetivação do regime de colaboração Estado/Municípios.* (CEARÁ, 2004, p. 17) (Grifos nossos).

No escopo desse trabalho, destaca-se para um olhar mais atencioso os itens que se referem às ações de alfabetização (desafio 05), e de colaboração entres os entes federados (desafio 10). Tais temas servem

como balizas para a aferição das práticas de relações intergovernamentais, e nelas as ações de descentralização e municipalização das políticas de alfabetização, de formação continuada de alfabetizadores e do papel exercidos pelos entes.

Na compreensão desse estudo, o desafio da “Garantia do domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita” aparece como uma situação a ser cuidada na educação cearense. Dados do SAEB 2001 revelaram à época que quanto às competências a serem adquiridas por alunos da 4ª série do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa, grande parte dos alunos cearenses encontravam-se em escalas de desempenhos ruins, figurando com 37,73% em estágio muito crítico, 37,59% em estágio crítico, e 22,54% em estágio intermediário. Em outras palavras, a maioria dos alunos não conseguiu atingir um patamar que demonstrasse que são leitores com nível de compreensão de textos adequados para a 4ª série. Essa realidade levou a Secretaria Estadual da Educação a dizer em documento do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (CEARÁ, 2004c, p. 8) que

*A persistência de tais indicadores coloca em cheque a qualidade do ensino oferecido e incita processos de intervenção através de um conjunto de medidas para tentar reverter essa situação. Para tanto, faz-se urgente atacar o problema em seus pontos chaves: garantir a presença de todas as crianças na escola oferecendo a elas condições de uma boa alfabetização. (Grifos nossos).*

Note-se que a fala da Secretária Estadual da Educação nesse documento refere-se à perspectiva de ações universalizadas, segundo as quais “todas” as crianças tenham condições de ser alfabetizadas; sugerindo, também, nas entrelinhas, ação ampla em prol dessa garantia que se supõe expressar uma política de alfabetização e de formação dos professores alfabetizadores, igualmente alargada em seus objetivos e com capacidade de garantir condições e recursos para intervenção nesse problema tão complexo.

O grave problema do baixo desempenho na área de Língua Portuguesa, detectado pelos sistemas de avaliação no Ensino Fundamental e Médio, leva a crer que o problema é mais grave do que o suposto, e sugere tomada de decisão em sua origem. O problema encontra-se nos primeiros anos de escolarização e de alfabetização. Pode-se dizer, ainda, que o apelo a políticas de alfabetização mais sólidas, revelado no baixo grau de desempenho dos sistemas de avaliação, expõe o problema da insuficiência na formação dos alfabetizadores e nas condições de trabalho nas escolas.

Por esses elementos o Plano de Educação cearense, mesmo não falando diretamente em processos de alfabetização, descreve nesse desafio a preocupação em desenvolver estratégias que incidam sobre aspectos como formação docente e acompanhamento, aquisição e distribuição de material didático adequados, criação e melhoramento de espaços de leitura na escola e iniciativas de renovação da prática pedagógica. No entanto, nas metas previstas no Plano estadual não apontem para processos de formação e de renovação da prática dos alfabetizadores, mas para alterações quantitativas no tempo das aulas de Língua Portuguesa, atenção aos equipamentos como bibliotecas e outros insumos. Fica demonstrada nos documentos a prioridade de ações por meio de projetos e programas pontuais, em detrimento de uma política global de alfabetização e das carências de formação dos alfabetizadores que se revelavam mais incisivas. Desse modo, o Plano não desenha uma política cearense para a alfabetização, tampouco para a formação continuada de alfabetizadores, que se apresentam como necessidade nos indicadores e nas proposições educacionais do estado.

Demonstrativo dessa necessidade é que no ano de 2004 foi criado por iniciativa da Assembleia Legislativa do Ceará o “Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar (CCEAE)”. A criação desse Comitê aparece como um divisor de águas no que se pode chamar de constituição de uma política cearense de alfabetização e de formação de alfabetizadores. Como bem dito na apresentação do “Relatório Final

do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar – Educação de Qualidade: começando pelo começo” (CEARÁ, 2006c), o comitê toca fundo no problema central da educação pública cearense que é a presença inquietante e denunciadora de crianças e adolescentes nas escolas que, apesar de muitos anos de escolaridade, não dominam as habilidades mínimas de leitura e escrita.

O Comitê se intitula como uma instância de caráter plural, democrática e representativa, como um pacto societário para a eliminação do analfabetismo escolar, e acima de tudo, no contexto amplo das políticas de alfabetização, a “expressão de um movimento articulador e agregador de diferentes forças da sociedade civil e política” (IDEM) <sup>2</sup>.

A importância do Comitê como sinalizador das questões evidentes na área da alfabetização no Ceará e como instrumento de mobilização e indicação para os governos com vistas a uma tomada de posição e incorporação em suas agendas desse problema, manifesta-se pela amplitude de seus objetivos que preconizam a construção de uma política de alfabetização para o Ceará. De fato, os objetivos do Comitê tocam em pontos cruciais nesse sentido: a realidade da alfabetização e os resultados nas escolas, a formação dos professores alfabetizadores e a prática e condições de trabalho docente para a alfabetização das crianças.

No primeiro objetivo o Comitê desejou identificar por meio de três pesquisas 1) o nível do analfabetismo e as condições para a alfabetização escolar de alunos egressos da 1ª série do Ensino Fundamental num diagnóstico do nível de alfabetização realizado em 49 municípios cearenses, 2) as condições e formas de organização do trabalho escolar e trabalho docente, e 3) os mecanismos de formação inicial e continuada dos alfabetizadores e as políticas e experiências exitosas de alfabetização no estado. Os segundo e terceiro objetivos incidiram na discussão sobre a alfabetização de crianças em dois seminários sobre as concepções e práticas de alfabetização com a participação da sociedade civil e

<sup>2</sup> O Comitê atuou com o UNICEF, a UNDIME, o INEP-MEC, a Secretaria de Educação Básica do Ceará, as Universidades cearenses federais e estaduais, sindicatos, órgãos de controle social, como o Conselho de Educação do Ceará, e instituições governamentais e não governamentais.

educadores em geral, como também na realização de sete audiências públicas da Assembleia Legislativa nas macrorregiões do interior do estado e na capital. Para o comitê, esse espaço, além de promover a discussão e reflexão sobre a alfabetização possibilitou “(re) inserir na agenda dos Municípios a existência e a gravidade da problemática do analfabetismo escolar e a importância da alfabetização no processo de escolarização e educação das crianças” (CEARÁ, 2006c, p. 29). Em seu quarto objetivo, o Comitê pretendeu dar elementos para incitar a criação de políticas governamentais sólidas nessa direção, contribuindo para a formulação e implementação dessas políticas a partir dos resultados aferidos nas três pesquisas realizadas.

De modo geral, tomando os objetivos do Comitê como linhas de pensamento, pode-se inferir que o estado do Ceará se apresentava em 2004 requerendo uma Política voltada para a garantia da aprendizagem da leitura e da escrita até a 2ª série/ano do Ensino Fundamental e, agregada a ela, uma ação voltada para a formação inicial e continuada e para as condições adequadas de trabalho para os alfabetizadores. Essa exigência apontava para uma ação mais articulada que considera o problema com implicações nas três esferas de governo, a União, o Estado e os Municípios.

No campo da formação continuada, o texto do “Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar – Educação de Qualidade: começando pelo começo” (CEARÁ, 2006c), é incisivo em acentuar a necessidade de assegurar aos alfabetizadores “uma política e formação continuada que responda aos problemas colocados na prática, qualificando sua atuação no campo da alfabetização, em especial quanto aos conhecimentos específicos de leitura e escrita” (CEARÁ, 2006c, p. 92).

Essa necessidade é atestada na pesquisa sobre as condições de organização do trabalho escolar e do trabalho docente e dos mecanismos de formação inicial e continuada existentes no Ceará. Tais pesquisas revelaram que, em sua grande maioria, os docentes apresentavam graves

lacunas acerca da compreensão teórico-metodológica sobre alfabetização e sobre leitura e escrita. A pesquisa realizada com alunos e professores em instituições públicas cearenses de formação de professores acentuou ainda mais a compreensão que “há um desconhecimento generalizado sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita da criança” (CEARÁ, 2006c, p. 118), o que revela a recorrente necessidade da formação continuada para atender a esse problema.

O levantamento dos mecanismos de formação inicial e continuada dos alfabetizadores revelados pela pesquisa revela, ao ver desse estudo, que o espaço mais adequado e necessário para a formação dos professores alfabetizadores é, acima de tudo, a formação continuada, e que, atuando com mais frequência nas redes municipais de ensino, sugere a promoção de políticas de formação continuada de alfabetizadores no estado e nos municípios.

Do conjunto de recomendações do comitê aos gestores das Políticas Educacionais figuram duas indicações sobre o assunto. A primeira, no âmbito do objetivo de que os alunos sejam atendidos por professores capacitados na área de alfabetização de crianças, sugere uma ação para a “oferta de programa permanente de formação e atualização em alfabetização de crianças” (CEARÁ, 2006c, p. 131), oferecido a professores em exercício. A segunda, no âmbito do papel das instituições de formação superior dos professores, propõe “auxiliar as Secretarias Municipais de Educação na formulação e implementação de políticas públicas direcionadas para a alfabetização das crianças” (CEARÁ, 2006c, p. 133).

De modo mais amplo o Comitê faz referência textual às responsabilidades dos gestores educacionais, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, para a adoção de algumas políticas que venham a garantir sistemas educativos de qualidade. É no detalhamento dessas recomendações que ele traz recorrentes proposições que sugerem em sua maioria a ação da gestão municipal para esse fim, minimizando o papel da União e do Estado nessa empreitada. Neste sentido, vincula-



se a política de alfabetização e de formação docente nessa área à ação dos gestores municipais, inscrevendo nas competências municipais as iniciativas para a garantia de condições internas, administrativa, financeira e pedagógica, para que os processos de alfabetização sejam o foco prioritário no Ensino Fundamental. O comitê deste modo não visualiza a política de alfabetização como uma tarefa compartilhada nas três esferas administrativas, mas como uma função dos Municípios.

Participando do Comitê na equipe de coordenação, a Secretaria Estadual da Educação Básica, ao contrário de acionar estratégias para a solidificação de uma política de alfabetização em atendimento aos problemas apresentados e às recomendações do Comitê, assume outro rumo. As palavras da então Secretária de Educação do Estado, Sofia Lerche Vieira, defendem o argumento de que as pesquisas do Comitê

[...] constituem um todo sistêmico cujas conclusões, constatações e considerações podem ser utilizadas para *nortear políticas municipais* de educação, elegendo os *focos de atuação* onde devem ser dirigidos os investimentos”. (CEARÁ, 2006c. p. 13). (Grifos nossos).

A Secretaria Estadual da Educação Básica também transfere para a responsabilidade municipal as iniciativas de alfabetização, como ação que deve se configurar com práticas focalizadas nos investimentos financeiros e não como um projeto completo de educação. Ainda que concordando com a ideia de que as políticas de alfabetização se materializem sempre no município, é oportuno defender o argumento de que essa perspectiva seja integradora de contribuições municipais, estaduais e federais, visando ao esforço conjunto para que os entes federados alcancem simetria no que se refere à alfabetização de crianças.

O município, assim, é convidado a assumir uma tarefa de condução de um projeto pedagógico com fins na alfabetização em tempo e de todas as crianças na idade escolar. A Secretaria da Educação Básica do Ceará, ao contrário, antes mesmo da vigência do Comitê e de suas recomendações, assume práticas focalizadas e não uma política ampla.

Realiza como iniciativa frente aos indicadores deficitários de leitura e escrita no Ceará, entre outras ações fixadas em investimentos em infraestrutura e equipamentos, a publicação de uma coleção de literatura infantil (CEARÁ, 2006a). Mesmo considerando a grande validade como material adequado para a apropriação da leitura e da escrita, essa ação não se manifesta como uma tomada de decisão na direção dos problemas estruturais de analfabetismo escolar no estado.

Confirma-se, de tal maneira, a indefinição no Plano de Governo e no Plano inicial de Educação do novo Governo do Ceará (2003-2006) com as ações para a formação continuada dos professores alfabetizadores. As ações, conforme se verá na próxima seção, se efetivam no Ceará em projetos e programas contingentes, particularmente no escopo do sétimo e do décimo desafio do Plano de Educação Estadual. Refere-se ao “[...] aprimoramento do processo de formação e valorização dos servidores da educação” e da “Regulamentação e efetivação do regime de colaboração Estado/Municípios” (CEARÁ, 2004a, p. 7). Não se solidificam, no entanto, como política ampla de alfabetização e de formação de alfabetizadores, como embrião de um Sistema Estadual de Alfabetização assentado em bases sólidas e permanentes.

### **O regime de colaboração cearense e sua expressão nas políticas de educação**

No que se refere ao desafio da regulamentação e efetivação do regime de colaboração entre Estado e Municípios, o Plano da Educação visualizou a construção de mecanismos que garantissem ações compartilhadas entres estes entes, assegurado em dispositivos legais e solidificados em bases sociais e operacionais para uma cooperação ampla (CEARÁ, 2003b; 2004a). O desafio é citado como um dos programas essenciais para a articulação das políticas estaduais entre Estado e Municípios, sobretudo naquilo que se refere a ações de garantia do atendimento escolar tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. O programa previu como meta ampla a efetivação do

regime de colaboração cearense nos 184 municípios<sup>3</sup> do estado no decorrer dos quatro anos (2003-2006). Dentre seus objetivos e estratégias parece oportuno citar alguns em destaque.

Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos eficientes para a consolidação *do regime de colaboração em parceria com municípios e a sociedade civil organizada*;

Implantar condições básicas (políticas, administrativas, técnicas e financeiras) para uma formação de uma rede única de ensino e a *sistematização da cooperação técnica entre Estado e Município*, com a convergência progressiva das características básicas de sua estrutura e funcionamento. (CEARÁ, 2004a, p. 71). (grifos nossos).

Denominada por Vieira (2010) como fase de organização do Regime de colaboração cearense, este movimento se apresenta incorporando as estratégias sugeridas de envolvimento dos entes federados na formatação de mecanismos e de ações com essa finalidade, apoiadas em relações intergovernamentais mais aproximativas, tanto entre os governos municipais e estadual, quanto com outras instituições<sup>4</sup>, por meio de arenas amplas de debate, como fóruns de negociação federativa, para usar a expressão de Abrucio (2010).

A experiência dos seminários acerca do regime de colaboração decorridos entre 2004 e 2005 no Ceará revela a busca do Estado exercendo um papel coordenador na criação de mecanismos de coordenação intergovernamental. A perspectiva seria ao mesmo tempo em que acentuassem as tarefas específicas e responsabilidades no eixo municipal e estadual, colaborassem com a solidificação dos espaços de ação conjunta, evitando conflitos desencadeados com a municipalização do ensino a partir de 1995, que, vez por outra, eclodiam em práticas

<sup>3</sup> Conforme o Relatório de Gestão 2003-2006 da Secretaria da Educação Básica do Ceará (CEARÁ, 2006a), em 31 de Janeiro de 2005, na ocasião do I Seminário do Regime de Colaboração, efetivou-se a apresentação das ações colaborativas realizadas em 2003 e 2004 e a assinatura dos Termos de Adesão ao Regime de Colaboração por 184 municípios já com todos os dispositivos firmados. (CEARÁ, 2004a).

<sup>4</sup> É atestada por Vieira (2010), e no relatório de gestão de 2003-2006 (CEARÁ, 2006a), a participação de entidades importantes nesse diálogo como a UNDIME-CE, a APRECE (Associação dos Prefeitos do Ceará), o Conselho de Educação do Ceará (CEC), entre outras.

municipalistas competitivas (VIEIRA, 2010). Naquilo que se projeta como relações intergovernamentais recíprocas existem sinais na construção do regime de colaboração e na sua efetivação que atestam o movimento de interiorização da Secretaria Estadual a Educação e de integração de políticas entre Estado e Municípios. No que se refere a iniciativas mais amplas, podemos recortar para esse texto uma questão básica entre as demais, a saber, o apoio técnico na elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME's).

No campo da ação colaborativa na elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME's), observa-se na iniciativa de apoio técnico com suporte nas diretrizes políticas definidas em âmbito estadual e federal, com a parceria do CENTEC (Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária), que é reconhecido como instituição com larga experiência em gestão municipal. A ação de apoio técnico incidiu em atividades de formação de técnicos do órgão central da Secretaria Estadual de Educação e dos órgãos regionais (CREDE's), com a presença das universidades locais, visando à organização e oferta, de modo regionalizado, de momentos de multiplicação dos estudos por meio de capacitações com secretários e técnicos das equipes municipais, apoiadas por publicações lançadas pela Secretaria Estadual, como a coleção "Indicadores Municipais" (CEARÁ, 2006a, 2005b). Ao lado disso, importa assinalar o momento complementar que se define como formação de assessores para a avaliação e acompanhamentos dos PME's<sup>5</sup>.

O exercício exprime, assim, a presença do ente estadual comandando os processos, e deixando a elaboração dos planos municipais, entregues no órgão estadual, muito mais como cumprimento de metas do que oportunidade efetiva de planejamento educacional. Como acusado no relatório da gestão da educação de 2003-2006, a ação passou a integrar o regime de colaboração em implementação e adquiriu grande relevância política e técnica para a gestão estadual.

<sup>5</sup> É importante nesta ação atestar que, até o final do período estipulado para esse processo de elaboração, o Ceará contava com 94% (173) dos municípios com seus PME's elaborados e entregues na Secretaria Estadual, cujo planejamento apontava para o quadriênio 2005-2008, sendo que alguns já previam metas para o decênio 2005-2015

Na mesma proporção, mostra-se igualmente com a possibilidade de se instalar práticas de planejamento educacional no plano local, assegurando os movimentos internos de constituição de uma política educacional municipal. Fala-se de possibilidade, porque isso não demonstra claramente se o esforço estadual sucede em favor da solidificação da estrutura municipal para a gestão e alcance dos objetivos estaduais ou dos objetivos do PME; tampouco revela se esse movimento se constitui como tendência permanente de colaboração dos entes federativos ou se ocorrem apenas a minimização e a redução do papel municipal como executor dos objetivos definidos no contexto estadual, à medida que pode desenhar seus planos sob as diretrizes das políticas estaduais e nacionais. Assim a cooperação estadual na elaboração dos PME's pode significar a integração das políticas pensadas nos PME's às Políticas estaduais e a seu Plano de Educação Básica (CEARÁ, 2004a), não deixando transparecer em que medida fica os exercícios de autonomia na elaboração dos instrumentos municipais de planejamento educacional, ou até que ponto tais políticas são originadas de agendas educacionais municipais.

Com base nos documentos analisados (CEARÁ, 2004a; 2006a), parece mais seguro dizer que, a versão cearense do regime de colaboração, em contraposição às intenções declaradas, pode ser vista como uma situação em que o projeto da educação estadual é que se impõe e se sobressai, na proporção em que o papel municipal é de requerer e recepcionar a assistência técnica e financeira do Estado em diferentes programas. A análise das oportunidades de colaboração federativa, portanto, põe em suspenso a natureza recíproca requerida nessa relação, sobressaindo a interferência ou a atuação estadual em aspectos técnico-pedagógicos em detrimento da solidificação da autonomia técnico-pedagógica municipal naquilo que lhe compete como ente federativo no campo da política educacional nesse território, podendo colaborar com o ente estadual. O regime de colaboração cearense, por esse perfil, acaba sendo reconhecido como um estranho “consenso”

de repasse para o nível subnacional das tarefas educacionais estaduais (BEZERRA, 2010). Essa postura estadual pode ser decorrente do que teórico e historicamente é chamado pelos estudiosos de “fragilidade da rede municipal” (ABRUCIO, 2001; MELLO, 1996) no que se refere à competência técnica e administrativa de suas equipes e aos entraves políticos para gerir a educação em seu âmbito.

Por esses elementos é possível afirmar que o Regime de Colaboração cearense, articulador dos esforços de descentralização/municipalização das políticas educacionais no estado e das relações entre Estado e Municípios em suas autonomias, se mostra dinâmico e em busca de seu lugar preciso, na medida em que transita entre a solidificação de relações colaborativas e da assunção dos papéis governamentais na gestão dos serviços educacionais, e, ao mesmo tempo, rende-se às práticas de uma hierarquização das relações, essencialmente verticalizadas, com acento na centralização do poder no ente estadual (CURY, 2010).

### **Elementos conclusivos**

O perfil governamental e o planejamento educacional expressam-se nos documentos em movimentos contraditórios, onde as relações intergovernamentais e a colaboração são eivadas pelo embate entre as intenções declaradas e os percursos vivenciados, ensejando parcos sinais colaborativos e ranços centralizadores. É visto que no campo das relações intergovernamentais a gestão da educação cearense de 2003-2006, considerando essa imprecisão dinâmica das relações, ora interventivas, ora compartilhadas, aprofunda mais os esforços de ação conjunta de sistemas de ensino com os Municípios.

Por outro lado, há um movimento intenso nos diversos programas educacionais dando relevância ao desenvolvimento de ações nos municípios, com frequência pactuadas em convênios e termos de adesão. Ainda que concordando que as políticas de alfabetização se materializam sempre no município, é oportuno defender que essa ação seja integradora

de contribuições entre os entes federados como um esforço conjunto e nacional. É, portanto, uma iniciativa de cunho federativo e essencialmente colaborativo.

É importante dizer que se destacam como articulados dentro do projeto educativo cearense a aproximação visível entre solidificação do regime de colaboração e organização dos sistemas de ensino e de formação. Alguns aspectos descritos nos documentos podem ser considerados como elementares desse perfil da política e gestão da educação cearense à época: a natureza compartilhada das ações de discussão e decisão com os diversos segmentos governamentais e não governamentais numa chamada “cultura de cooperação social” e por meios de arenas amplas, na qual se inclui incisivos esforços de regulamentação operacionalização do regime de colaboração cearense ainda em construção.

De um modo, as ações pontuais listadas são demonstrativas do desenvolvimento de iniciativas onde se solicita a parceria entre Estado e Municípios num maior esforço colaborativo e divisão de responsabilidades. De outro, são também traços de estadualização das políticas municipais, na medida em que projetos e programas do nível estadual são incorporados pelo nível municipal. São situações que apresentam questionamentos acerca de em qual planejamento educacional está ancorando a gestão da educação nos municípios.

Assim, nos deslocamentos do governo da educação estadual em direção aos eixos locais onde as políticas são efetivamente executadas não se revelam os rompimentos ou as negociações desejadas com a Política Educacional elaborada em âmbito estadual, na tentativa da formatação visível de uma Política Educacional municipal e da relação cooperativa na constituição de objetivos comuns sem ferir os espaços de autonomia de ambos.

Nesse sentido, pode-se considerar que nas práticas exercidas pelo Governo do Estado do Ceará e em especial pela Secretaria Estadual da Educação Básica, no período de 2003 a 2006, são reconhecidas como de

maior solidificação do esforço histórico de aproximações entre a gestão da educação nos planos estadual e municipal. Neste esforço, ficam claros os deslocamentos do Governo da educação estadual em direção ao eixo local onde as políticas são executadas, ante o irreversível processo de municipalização do Ensino Fundamental que estava em curso no País, considerando, em especial, as alterações ocorridas desde a implementação do FUNDEF e o papel que este exerceu neste processo. Não se revelam, no entanto, as rupturas desejadas no âmbito municipal com as políticas educacionais formuladas em âmbito estadual, na tentativa de formatação dessas no contexto municipal e da relação compartilhada e cooperativa na constituição de objetivos comuns com a educação estadual, sem que a autonomia de ambos fosse comprometida. Nesse espaço relacional, define-se, claramente, quem é o vencedor nesse jogo.

## Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 39-70.

ABRUCIO, Fernando Luiz. A reconstrução das funções governamentais no federalismo brasileiro. In HOFMEISNTER, Wilhelm; CARNEIRO, José Mário Brasiliense. **Federalismo na Alemanha o e no Brasil**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, v. I, n. 22, abril, 2001. p. 95-105.

BEZERRA, José Eudes Baima. **Princípios da subsidiariedade, corporativismo e educação: para a crítica da gestão participativa**. 2010. 384 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2010. Orientadora: Ana Maria Dorta de Menezes.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado. **Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará. 2006c.

Práxis Educacional	Vitória da Conquista	v. 11, n. 20	p. 99-124	set./dez. 2015
--------------------	----------------------	--------------	-----------	----------------



CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Mensagem à Assembléia Legislativa 2004** - Abertura da Sessão Legislativa. SEPLAG, Fortaleza, 2004b.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Mensagem à Assembléia Legislativa 2005** - Abertura da Sessão Legislativa. SEPLAG, Fortaleza, 2005a.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. **Educação Básica: Indicadores municipais**. Livro D. Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará. Fortaleza: SEDUC, 2005b.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Mensagem à Assembléia Legislativa 2006** - Abertura da Sessão Legislativa. SEPLAG, Fortaleza, 2006b.

CEARÁ. **Mensagem à Assembleia Legislativa**: abertura da sessão legislativa. Fortaleza: SEPLAN, 2003a.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica, **Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)** - Área: Educação Básica, Fortaleza, 2004c.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. **A reforma da Educação Básica no Ceará**: uma construção coletiva. Mimeo. 2001.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. **Escola melhor, vida melhor: relatório da gestão 2003- 2006**. Fortaleza: Nacional, 2006a.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. **Plano de Educação Básica Escola Melhor, Vida Melhor**. Ceará – 2003/2006. Fortaleza, 2004a.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN). **Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social** – Plano de Governo 2003-2006 – Administração Lúcio Alcântara. Fortaleza: SEPLAN, 2003b.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010. p. 149-167.

MELLO, Marcus Aandré. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal” efeitos perversos da descentralização? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 11-20, 1996.

RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain; LIRA, L. M.; SOARES, B. I. .B. A reforma do Estado e modernização da gestão da educação básica no Ceará (1995-2006). **Holos**, ano 28, v. 2, p. 261-274, 2012.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação básica no Ceará: construindo um pacto colaborativo. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 271-286.

Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

*Prof. Dr. Clotenir Damasceno Rabelo*

Secretaria Municipal da Educação do Município de Icapuí, Ceará - Brasil  
Grupo de pesquisa Políticas, Gestão e Financiamento da Educação Básica  
E-mail: clotenirdr@gmail.com

*Profa. Dra. Alda Maria Duarte Araújo Castro*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Grupo de Pesquisa em Educação Superior  
E-mail: alda@ufrner.br

Recebido em: 27 maio 2015.

Aprovado em: 09 jul. 2015.